



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1	1
A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?	
Kamila Pagel de Oliveira Gabriel Maggi Vieira Luana de Castro Lopes Mariana Marcatto do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.3862009031	
CAPÍTULO 2	26
A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS	
Izabelle Maria Santos Cária Marconi Martins de Laia	
DOI 10.22533/at.ed.3862009032	
CAPÍTULO 3	39
A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
Sidiane dos Santos Alvaristo Tiago Luiz Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.3862009033	
CAPÍTULO 4	46
CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015	
Luciene de Souza Borges Ricardo Neves Borges	
DOI 10.22533/at.ed.3862009034	
CAPÍTULO 5	59
VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ	
Ingrid Gomes Bassi Mateus Paixão Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.3862009035	
CAPÍTULO 6	63
O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL	
Joelmara Furtado dos Santos Pereira Evandro Costa Pereira Janaína Arruda Aragão Samara Letícia Mendonça Pereira Franco Celso da Silva Gomes Luzinete Pontes Brandão Loysianne Nascimento Araújo Lopes Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes Rafaela Duailibe Soares	

Francisca Bruna Arruda Aragão
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

CAPÍTULO 7 72

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

CAPÍTULO 8 86

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

CAPÍTULO 9 100

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

CAPÍTULO 10 113

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

CAPÍTULO 11 123

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano
Nelson José Thesing
Patrícia Luiza Schuh
Dieter Siedenberg
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

CAPÍTULO 12 138

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

CAPÍTULO 13 147

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida
Fabiana Aldaci Lanke
Milton Leonardo Jardim de Souza
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

CAPÍTULO 14	160
DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	
Vanuza Pires da Costa Leila Rufino Barcelos Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso Dhenize Maria Franco Dias Danilo Bezerra de Castro Bruno Vinícius Nascimento Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.38620090314	
CAPÍTULO 15	172
LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010	
Maíra Bogo Bruno Candida Dettenborn Rômulo de Moraes e Oliveira Raphael Lemes Elias Alessandro de Paula Canedo Aloisio Alencar Bolwerk	
DOI 10.22533/at.ed.38620090315	
CAPÍTULO 16	181
LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD	
Gustavo Andrés Cano Cadavid	
DOI 10.22533/at.ed.38620090316	
CAPÍTULO 17	194
SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
Tarcísio Germano de Lemos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.38620090317	
CAPÍTULO 18	215
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO	
Juliana Campos Lopes Jacques Demajorovic	
DOI 10.22533/at.ed.38620090318	
CAPÍTULO 19	228
GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA	
Fernando Arcila Castellanos	
DOI 10.22533/at.ed.38620090319	
CAPÍTULO 20	239
ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

CAPÍTULO 21 260

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

CAPÍTULO 22 271

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

CAPÍTULO 23 293

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 24 302

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

CAPÍTULO 25 316

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

CAPÍTULO 26 322

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM

MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

CAPÍTULO 27 328

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

CAPÍTULO 28 346

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

CAPÍTULO 29 359

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

SOBRE A ORGANIZADORA..... 369

ÍNDICE REMISSIVO 370

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Data de aceite: 20/02/2020

Data de submissão: 02/12/2019

Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Unoeste, Curso de Administração, Presidente
Prudente/SP

<http://lattes.cnpq.br/3759243950743874>

Alan Edimilson da Silva

Unoeste, Curso de Administração, Presidente
Prudente/SP

<http://lattes.cnpq.br/4062303074955657>

RESUMO: Definida como uma prática comum de barganha sobre governos, a Guerra Fiscal encontra-se comumente relacionada aos setores industriais e, em termos práticos, ocorre a partir dos chamados incentivos fiscais que podem se materializar pela oferta de isenções de impostos e/ou diminuição significativa da carga tributária. O objetivo do presente artigo foi compreender a utilização da Guerra Fiscal entre unidades de uma mesma federação como ferramenta para ampliar a geração de emprego e de renda em determinada região. Para tanto, a metodologia utilizada teve caráter exploratório através de pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva e pesquisa documental. Concluiu-se que o incentivo fiscal é de fato eficiente ao concretizar a instalação de um novo empregador

e ampliar a oferta de emprego, aumentando a arrecadação local, devido à movimentação financeira que a empresa recém instalada gera.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Fiscal. Incentivos fiscais. Geração de renda.

COMMON BARGAIN PRACTICES: THE FISCAL WAR BETWEEN FEDERATION UNITS

ABSTRACT: Defined as a common practice of bargaining over governments, the Fiscal War is commonly related to the industrial sectors and, in practical terms, occurs from the so-called tax incentives that can materialize by offering tax exemptions and / or significantly reducing Tax Burden. The aim of this paper was to understand the use of the Fiscal War between units of the same federation as a tool to increase the generation of jobs and income in a given region. Therefore, the methodology used was exploratory through bibliographic research, descriptive research and documentary research. It was concluded that the tax incentive is in fact efficient in establishing the installation of a new employer and expanding the job offer, increasing the local collection, due to the financial movement that the newly installed company generates.

KEYWORDS: Fiscal War. Tax breaks. Income

1 | INTRODUÇÃO

A disputa entre os territórios de diferentes países ou entre unidades federativas e municipais pela busca em atrair investimentos e novas empresas a fim de reduzir ao máximo a possibilidade de esvaziamento e inércia da economia regional é uma prática conhecida como Guerra Fiscal.

Tal ênfase se faz contundente, a fim de buscar o alcance de benefícios traduzidos por renúncias ou desonerações fiscais, facilitação na obtenção de terrenos e até mesmo, disponibilização de infraestruturas como galpões e máquinas para benfeitorias.

Estudiosos afirmam que o conceito de Guerra Fiscal passa pela disputa entre Estados e municípios na busca por sediar as melhores empresas e indústrias em seus respectivos territórios a partir do uso de ferramentas macroeconômicas a fim de atrair novos investimentos para suas localidades.

Devido ao fácil acesso à disponibilização de terrenos e à matérias-primas, oferecimento facilitado de construção de infraestruturas, entre outras medidas, os governos municipais e estaduais buscam provocar a instalação de novos empreendimentos.

Em geral, ao fazer uso dos incentivos fiscais, os governos atribuem tal iniciativa ao resultado esperado de aumento de emprego e condições de geração de renda para população local a partir da instalação de novas empresas.

Historicamente, ocorre em meados da década de 1980, a partir de um movimento de procura por um fortalecimento econômico e social de Estados e municípios, o surgimento, no Brasil de uma política de incentivos fiscais comumente chamada de Guerra Fiscal.

Tal proposta conta com a possibilidade de Estados e municípios virem a ter autonomia em administrar seus próprios sistemas de cobrança de impostos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, Estados e municípios passam a ter maior liberdade para legislar sobre suas fontes de receita propiciando o início de uma disputa entre Estados no intuito de atrair investimentos para seu território/localidade com a concessão de benefícios fiscais, financeiros e/ou de infraestrutura para as empresas interessadas.

O termo “Guerra Fiscal” refere-se à disputa entre os territórios de diferentes países ou entre unidades federativas e municipais pela atração de investimentos e empresas.

Segundo Calciolari (2006, p.7):

Guerra fiscal pode ser conceituada como a exacerbação de práticas competitivas entre entes de uma mesma federação em busca de investimentos privados. Benefícios fiscais atrativos incentivariam a migração de determinados agentes privados. Os quais, segundo postulados econômicos clássicos, sempre tendem a buscar o menor custo produtivo e, conseqüentemente, maior lucro.

Como a industrialização e o recebimento de investidores são preocupações constantes para a garantia da reprodução de capital nas diferentes localidades, a Guerra Fiscal estabelece-se como um verdadeiro “cabo de guerra” entre as administrações públicas municipais, estaduais e federais.

Esta disputa entre os entes da Federação foi apelidada de “guerra fiscal” e é assim chamada por ter como instrumento de negociação a arrecadação futura de tributos, normalmente, o ICMS para os Estados e o ISS para os municípios. Não está pautada apenas em questões fiscais, mas também contempla benefícios financeiros. No cenário nacional, passou a ter destaque a partir da abertura comercial e da estabilidade econômica, e ganhou notoriedade com a concessão de um amplo conjunto de vantagens e benefícios, principalmente para o setor automobilístico. Seus impactos podem gerar conseqüências positivas e negativas; pela ótica do administrador público, os aspectos positivos seriam a geração de empregos e renda, o crescimento do PIB local, bem como da receita tributária futura. Os ônus seriam a desarmonia entre os entes federados e a perda de receita presente, que poderá não ser compensada no futuro, pois as empresas poderão migrar novamente para outros Estados, após o período de carência, ou seja, antes de o Estado recuperar em sua totalidade os recursos aplicados (NASCIMENTO, 2008, s.p.)

De acordo com Alves (2001) e Perius (2002 apud NASCIMENTO, 2008), os incentivos fiscais podem ser classificados em três tipos:

- Tipo 1 – considerados como concessões para o início da atividade produtiva: doação de terrenos, obras, facilidades de infraestrutura e demais formas de dispêndio financeiro que geram benefícios parciais ou totais para a empresa.
- Tipo 2 – considerados benefícios creditícios associados ao investimento inicial e à operação produtiva: diversas formas de crédito para capital fixo ou de giro. O crédito pode ser oferecido pelo governo estadual, antes do início das operações da empresa, de uma só vez, ou em várias parcelas, ao longo do processo de implantação e/ou operação. Tais financiamentos são oferecidos pelas instituições bancárias, com recursos de fundos estaduais ou de programas de desenvolvimento regional.
- Tipo 3 - considerados benefícios tributários relacionados à operação produtiva: a renúncia fiscal pode se dar por meio da redução ou postergação de recolhimento ou, ainda, pela isenção de impostos.

Estados e municípios têm utilizado a premissa da Guerra Fiscal na tentativa de elevar o dinamismo econômico local e aumentar a oferta de emprego.

Segundo Colombo (2017, s.p.)

O mecanismo da “guerra fiscal” permite que os estados façam uma projeção de parte das receitas de seus impostos, concedendo benefícios geralmente concentrados no setor de infraestrutura, cedendo às exigências feitas pelas empresas internacionais para se instalarem nos territórios, tornando-se, assim, reféns dessas empresas; o retorno para este tipo de concessão é difuso, pois

existe uma possibilidade real de as empresas instaladas alterarem o planejamento, transferindo-se para outras regiões, onde os incentivos podem ser ainda maiores.

Entretanto, em muitas situações, ao permitir tais incentivos às empresas, o Estado não tem condições de promover tantos privilégios às empresas, mas o fazem, por temer a perda do investimento.

Administradores públicos e representantes do governo municipal e estadual, ao adotarem a estratégia dos incentivos fiscais, acreditam que a instalação de empresas e novas indústrias com o apoio de incentivos fiscais, torna-se um risco necessário pois, traz consigo a possibilidade de maior oferta de emprego e geração de renda, culminando na promoção do desenvolvimento regional.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o presente trabalho, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a pesquisa descritiva e a análise documental.

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica (LAKATOS; MARCONI 1992, p.44).

Como meio de acentuar o detalhamento e baseamento da pesquisa, esta é de caráter descritivo, onde o conteúdo expresso foi formulado através de técnicas e aplicações para coleta de dados, podendo, dessa forma, explicitar as variáveis propostas inicialmente, sem o meu envolvimento parcial como pesquisador. (TRIVIÑOS, 1987).

Como instrumentos de coleta de dados foi majoritária a utilização da análise documental que, segundo Cezarin (2012, p. 46), “[...] utiliza qualquer tipo de documentação que possa fornecer dados para a pesquisa, como registros oficiais, dados estatísticos, relatórios e material audiovisual”.

E ainda, como auxílio para a pesquisa utilizou-se a coleta de dados secundários com o objetivo de estudar e expor de forma mais completa o tema abordado, pois “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 166).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pode-se afirmar que, considerados como derivações e/ou extensões diretas da política fiscal vigente e legalmente executada em todo o território nacional ou em determinados Estados e municípios, os incentivos fiscais são criados a partir de premissas básicas obedecendo a legislação vigente em cada unidade da federação.

Segundo Vasconcellos e Garcia (1987, p.73), a política macroeconômica: “Refere-se a todos os instrumentos de que o governo dispõe para arrecadar tributos (política tributária) e controlar suas despesas (política de gastos)”.

Dessa forma, a política macroeconômica passa a ser utilizada como forma de manobra legalizada para direcionar os rumos da economia a partir de um gerenciamento de recursos apoiado em informações e dados relacionados diretamente à política fiscal e os incentivos que possam vir a oferecer.

Simonsen (1994), Vasconcellos e Garcia (1987) e Varsano (1997), tratam dos chamados incentivos, como ferramentas inerentes da política fiscal e também, em menor nível, da política de rendas, pois também almeja criar e expandir a geração de renda na região em que a mesma ocorrerá. Afirmam, ainda, que os incentivos fiscais são meios aplicáveis e possuem argumento de defesa quanto a sua aplicação.

Varsano (1997) acrescenta que, em alguns casos, a manutenção de determinado incentivo fiscal pode, em princípio, demorar a trazer os benefícios esperados. Entretanto, acredita que, a longo prazo, as vantagens de tal atitude possam vir a ocorrer.

Em diversos estados, a arrecadação é quase que insuficiente para cobrir exclusivamente os gastos com pessoal. Mesmo entre estes, há os que insistem em participar de verdadeiros leilões promovidos pelas empresas que já decidiram instalar novos estabelecimentos no país (Varsano, 1997: 11).

Dessa forma, ao recorrer à adoção de um tipo de incentivo fiscal, um dos principais argumentos é o fato de que, quando há de fato concessão de benefícios para empresas, todo o corpo de administração pública regional visa, a longo prazo, o retorno econômico para a comunidade ali presente.

A busca frenética por situações favoráveis ao crescimento econômico local, acaba por trazer conflitos acirrados entre órgãos de uma mesma federação. Simonsen (1994) relaciona a “Guerra das Isenções” ou “Guerra Fiscal” com o surgimento de cenários conflituosos com natureza essencialmente de ordem tributária presentes dentre as unidades federativas de uma mesma nação.

Portanto, pode-se observar que, com a finalidade de acirrar a atração de novos investimentos surgiu, por parte dos gestores públicos, promessas de facilidades e benefícios, que passam por facilidades em infraestrutura, redução de impostos e, ainda, carência de outras obrigações de forma temporária, visando demonstrar que determinada região oferece um ambiente mais propício e lucrativo para o início de

operações de uma empresa que decida instalar-se em determinada localidade.

Além dos incentivos fiscais, também se destacam benefícios com finalidade de crédito, ou seja, financiamentos bancários que podem ter como base determinado recurso de fundo público direcionado para desenvolvimento social de modo amplo.

Segundo Varsano (1997), o problema alusivo à prática dos incentivos fiscais, acentua-se após a Constituição Federal promulgada em 1988 que trouxe incrementos e facilidades a uma maior abertura para criar embates estaduais uma vez que os Estados passam a fixar, pelas próprias leis de criação estadual, as alíquotas que julgarem justas aos seus princípios de governabilidade.

De acordo com Vieira (2012), uma das facetas mais importantes desse cenário de fato corresponde às organizações com finalidades capitalistas, pois todos os processos que rumem à alguma decisão, seja ela de investimentos ou basicamente espaciais, acabam por estimular ainda mais a largada desordenada e sem limitação pré-estipulada com relação às vantagens que serão ofertadas no escopo da rivalidade existente entre os estados.

Alguns autores como Luca e Lima (2007) e Nascimento (2009), afirmam que os incentivos fiscais contribuem positivamente para o desenvolvimento das regiões, ao trazerem impactos positivos para os estados considerados subdesenvolvidos.

Considera-se que, nas localidades em que ocorre oferta de benefícios fiscais ou monetários, a chance de instalação de uma nova empresa é maior, uma vez que as facilidades oferecidas majoram os lucros, criam impulso para estabilização da empresa e amenizam questões que poderiam ser empecilhos, tornando-as mais simples de serem resolvidas.

Entretanto, para Rodrigues e Freitas (2005), um perigo para o qual deve-se atentar seria a ocorrência de um abuso fiscal, ou seja, o uso de recursos públicos de forma descontrolada em que os mesmos são utilizados de forma indevida, podendo acarretar efeitos negativos para a sociedade.

Conforme Colombo (2017, p.301), “a guerra fiscal se fortaleceu no gargalo provocado pelo próprio Estado, na ausência de instituições adequadas para fomentar o desenvolvimento regional, contornando as desigualdades intrínsecas à federação”.

Dessa forma, pode-se agravar as disputas entre objetivos públicos e privados.

Segundo Diniz (2000, p.343), “Nessa guerra, ganham os Estados mais desenvolvidos, com melhores condições locais e maior cacife financeiro e político”.

Embora o objetivo dos gestores seja, de fato, melhorar a dinamizar a economia a partir da geração de empregos e dinamismo econômico, o maior impacto recai sobre a região onde a empresa está localizada e é nítido que os impactos diretos e indiretos positivos são distribuídos de maneira díspar entre as cidades e/ou Estados,

na medida em que eles participem da cadeia produtiva da implantação e operação do empreendimento.

Em estudos recentes, Rezende, Dalmácio e Rathke (2019), debatem sobre a relação entre incentivos fiscais e evidências de vantagens percebidas pelos envolvidos (empresas e sociedade) a partir de pesquisa realizada em amostragem observada entre 653 empresas cadastradas na Comissão de Valores Mobiliários.

A tabela 1 mostra os incentivos fiscais apontados por categorias, tipos, tributos e objeto de fomento identificados na pesquisa.

Categorias	Tipos	Tributos	Objeto de fomento
Estaduais (valor agregado)	47	ICMS	Indústria ou comércio
Estaduais (valor agregado)	2	ICMS	Atividades culturais
Federais (lucro)	22	IRPJ/CSLL	Indústria ou comércio
Federais (valor agregado)	4	IPI, PIS/Cofins	Indústria ou comércio
Federais	4	Credito financeiro	Setor energia elétrico
Internacionais (lucro)	3	IRPJ/CSLL	Indústria ou comércio
Municipais	1	ISS e IPTU	Indústria ou comércio
Federais (lucro)	5	IRPJ/CSLL	Atividades culturais, esporte, criança e idoso
Total	88		

Tabela 1 – Relação dos incentivos fiscais identificados entre empresas cadastradas na Comissão de Valores Mobiliários

Fonte: Rezende; Dalmácio; Rathke (2019, p.10)

Ao observar a tabela 1, pode-se identificar os seguintes resultados:

- os incentivos fiscais têm relação positiva com a geração de margens e o valor adicionado das empresas;
- os incentivos fiscais impactam positivamente o fluxo de caixa das operações e de investimentos, no curto prazo; e
- os incentivos fiscais possuem relação negativa com o fluxo de caixa de financiamento e com o índice de endividamento. Além disso, as empresas que mais remuneram seus acionistas são as que mais usufruem de incentivos fiscais.

Amaral Filho (2001) defende que a concessão de benefícios fiscais se justifique quando os mesmos forem concedidos proporcionalmente à defasagem ou dificuldade na capacidade da região de melhor produzir bens.

Para Vasconcellos e Garcia (1987, p.72),

Decidir qual o objetivo prioritário é tarefa que pertence mais ao âmbito do poder político. Cabe aos economistas apresentar os custos e os benefícios de cada alternativa de política econômica, mas a decisão final sobre qual caminho percorrer pertence aos políticos.

Baseando-se nesta ideia, o gestor público focaliza seus esforços para melhoria socioeconômica que a empresa beneficiada trará, principalmente por parte da

injeção monetária que novos salários trazem para a região a partir do surgimento de novas vagas de emprego.

Apesar de normalmente o setor público ceder incentivos e desonerações à nova empresa instalada, como haverá um giro maior na economia local, a arrecadação indireta através dos outros atores que participam da economia local tende a ter aspecto compensatório.

Assim, identifica-se que, a desoneração de impostos pode reduzir um potencial ganho na forma de arrecadação de imposto porém, entre os efeitos de tal ação, o giro monetário causado pelo dinamismo produtivo e de empregabilidade acrescida de uma provável maximização de rendas, pode trazer um aquecimento econômico para a região.

Em geral, o empresário, dono de determinado empreendimento, sempre almejará a maximização do lucro total e em todas suas formas, otimizando a utilização e adequação dos recursos de que dispõe.

Isso indica a direção que a iniciativa de uma empresa privada tomará, pois ela se voltará para atuação onde melhor lhe convier, seja por ter matéria-prima próxima e mais barata, mão de obra a baixo custo ou por taxas e impostos reduzidos.

Para um empreendedor, no início de suas atividades, já é determinado seus custos fixos e compromissos a cumprir; obviamente, se existe a possibilidade de arcar com menos impostos ou se ter benefícios em determinada localidade, não haverá sequer cogitação em investir em uma área que não ofereça itens mais atrativos.

O poder público enxerga em tais argumentos, a chance de novos investimentos locais com a chegada de novas empresas ampliando a oferta de empregos e, conseqüentemente, elevando a geração de renda entre a população local. Com isso a economia apresenta dinamismo com o aumento do consumo e a necessidade de oferecimento de novos produtos para atender a um mercado, agora, em crescimento.

4 | CONCLUSÃO

O presente estudo expôs os diferentes pontos afetados diretamente e indiretamente pela aplicação de incentivos com caráter fiscal ou não, em determinadas regiões, relatando a importância dos fatores que compõem este tema, assim como os atores que o dinamiza.

Concluiu-se que os incentivos fiscais cedidos por parte do poder público de fato atraem e fornecem uma energia extra para o início de atividade de novas empresas favorecendo sua instalação e proporcionando à população local, alternativas e novas ofertas de emprego com uma potencial elevação na geração de renda.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. A **endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

CALCIOLARI, R. P. Aspectos Jurídicos da Guerra Fiscal no Brasil. **Caderno de Finanças Públicas**, nº 7, Ministério da Fazenda, ESAF, Brasília, p. 5-29, dez. 2006.

CARDOSO, S. A. **Crise da política regional e a guerra fiscal**. 2014. p. 39-53 - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <<https://doaj.org/article/6defab3aa1e940af9ab9855502e7d87b>>. Acesso em: 07 out. 2018.

CESARIN, H. de C. S. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

COLOMBO, L. A. Guerra fiscal na federação brasileira: a contribuição das abordagens da sociologia econômica. **Soc. estado**. Brasília, v. 32, n. 2, p. 291-311, ag. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000200291&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3202002>.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DINIZ, E. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DULCI, O. S. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 18, p. 95-107, jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782002000100007>.

FAZOLI, Júlio Cesar et al. **Incentivos Fiscais como Política Pública de Desenvolvimento Industrial: Uma Análise Empírica dos Efeitos Econômicos da Concessão de Crédito Presumido de ICMS para as Indústrias Têxteis do Estado de Santa Catarina**. 2017. p.60-70 - Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/50481/incentivos-fiscais-como-politica-publica-de-desenvolvimento-industrial--uma-analise-empirica-dos-efeitos-economicos-da-concessao-de-credito-presumido-de-icms-para-as-industrias-texteis-do-estado-de-santa-catarina->>>. Acesso em: 21 fev. 2019

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GOODE, W. J.; HATT, P. **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1979.

LAKATOS, M. E. MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed-São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

LAKATOS, M. E. MARCONI, M. A., E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMBO, C.; CAGGIANO, M. H. S. **Direito Constitucional Econômico – uma releitura da Constituição Econômica Brasileira de 1988**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2007.

LUCA, M. M. M. de & Lima, V. F. L. **Efeito dos incentivos fiscais no patrimônio das entidades beneficiárias do programa FDI, do governo do estado do Ceará**. Contextus, 2007. Disponível em:

< <http://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/32082>>. Acesso em 21 fev. 2019.

MOZZATO, A.R.; GRZYBOVSKI, D. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios**. 2011.p. 733 - Universidade de Passo Fundo – FEAC/UPF, Passo Fundo, RS, Brasil, 2011. 15. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/1537/analise-de-conteudo-como-tecnica-de-analise-de-dados-qualitativos-no-campo-da-administracao--potencial-e-desafios>>. Acesso em: 25 out. 2018.

NASCIMENTO, S. P. **Guerra fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes**. Econ. Apl., Ribeirão Preto, v. 12, n. 4, p. 677-706, dez. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502008000400007>.

REZENDE, Amaury José; DALMÁCIO, Flávia Zóboli; RATHKE, Alex Augusto Timm. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS INCENTIVOS FISCAIS SOBRE OS RETORNOS E AS POLÍTICAS DE INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], maio 2019. ISSN 1809-3337. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6460>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

RODRIGUES, H. T. & FREITAS, D. D. **Cooperativismo interinstitucional público: uma proposta de gestão pública tributária para superação da guerra fiscal em busca do desenvolvimento**. Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos, 2005.

SILVA, S. M. C.; NOVA, S. P. C. C. **Pesquisa Qualitativa ou Qualidade em Pesquisa? Um Exemplo de Contribuição Sócio-Humanista em Pesquisa Contábil**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 13, n. 1, p. 120-141, 2018.

SIMONSEN, M. H. **Reforma fiscal: coletânea de estudos técnicos**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1992.

TANZI, V. & ZEE, H. H. **Tax policy for emerging markets: developing countries**. *National Tax journal*, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARSANO, R. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, 1997

VASCONCELLOS, M. A; GARCIA, M. E. **Fundamentos da Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VIEIRA, D.J. **Um estudo sobre a guerra fiscal no Brasil**. Campinas, SP, [S.N.], 2012

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363

Amizade íntima 294, 298, 299, 300

Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355

Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308

Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344

Artesanato 322, 323, 324, 326, 327

Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309

Austeridade fiscal 147, 148, 155

B

Bibliometria 48

Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265

Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259

Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364

Conflitos socioambientais rurais 302, 303

Conservação ambiental 172

Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344

Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58

Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192

Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367

Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363

Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345

Cultura Política 203, 260

Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363
Grupos vulneráveis 148, 149, 151
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259
Imigração na União Europeia 100
impacto socioambiental 215, 225
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70
Interseccionalidade 72, 79, 82

J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

L

Legislación 181, 183
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227
Licitações públicas sustentáveis 172, 176
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

N

Nutrição 147, 148, 347

P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**
Editora

2 0 2 0